



**ATA DA 39ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA CÂMARA RECURSAL DO
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE, REALIZADA EM 03 DE OUTUBRO
DE 2019.**

Data : 03/10/2019
Horário : 14h
Local : SDE - Rod. SC-401 Centro Empresarial Office Park, Bloco II, nº 4756,
Saco Grande II – CEP 88032-005 – Florianópolis/SC.

1 Às quatorze horas do dia três de outubro de dois mil e dezenove, na sala de reuniões da
2 Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável (SDE), reuniu-se a
3 Primeira Câmara Recursal do Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONSEMA), com a
4 presença do senhor Felipe Souza Dutra (CPMA), Presidente; e dos membros
5 representantes do Poder Público e da sociedade civil organizada: Alini Masson Dallacosta
6 (FACISC), Cínthia Córdova Vieira dos Santos (EPAGRI), Bento Garcia (SAR) e Ives Luiz
7 Lopes (FETAESC).

8
9 Julgamento dos processos relacionado no Edital de Notificação nº 24/19, publicado no
10 DOE/SC nº 21.108 de 25/09/2019.

11

12 **A PRIMEIRA CÂMARA RECURSAL DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE**
13 **(CONSEMA)**, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 25-A do Anexo Único do
14 Decreto nº 2.143, de 11 de abril de 2014, decide:

15

16 **RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 025/14**

17 AIA Nº : 35685-A
18 PROCESSO Nº : PMSC 0145/2014
19 RELATOR : FELIPE SOUZA DUTRA
20 RELATORA VISTA : ALINI MASSON DALLACOSTA
21 RECORRENTE : LOURIVAL ALVES DE BARROS
22 RECORRIDO : COMANDO DE POLICIA MILITAR AMBIENTAL (CPMA)

23

24 **EMENTA**

25

26 RECURSO ADMINISTRATIVO. CPMA. MUNICÍPIO DE PALHOÇA. INFRAÇÕES
27 RELATIVAS CONTRA A FLORA. ART. 91 DO DECRETO FEDERAL 6.514 DE 2008.



28 PROMOVER DANOS A UNIDADE DE CONSERVAÇÃO EM VIRTUDE DE QUEIMA
29 IRREGULAR. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE.

30

31

DECISÃO

32

33 Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas,
34 decide a Primeira Câmara Recursal do Conselho Estadual do Meio Ambiente, por
35 unanimidade, reconhecer a nulidade do julgamento, em virtude da falta de intimação do
36 autuado e, na data de julgamento desta reunião, reconhecer a prescrição quinquenal pelo
37 artigo 46 da Lei nº 9.605/98, nos termos do voto e relatório da Relatora vista.

38

39 Florianópolis, 3 de Outubro de 2019.

40

41

Felipe Souza Dutra

42

Presidente

43

RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 167/16

44

45 AIA Nº : 38187-A

46

46 PROCESSO Nº : DSUST 191/2016

47

47 RELATOR : FELIPE DE SOUZA DUTRA

48

48 RECORRENTE : MARIA FERNANDA GEHEN DE MOURA

49

49 RECORRIDO : COMANDO DE POLICIA MILITAR AMBIENTAL (CPMA)

50

51

EMENTA

52

53 RECURSO ADMINISTRATIVO. CPMA. MUNICÍPIO DE GAROPABA. INFRAÇÕES
54 RELATIVAS CONTRA A FLORA. ART. 43 DO DECRETO FEDERAL 6.514 DE 2008.
55 PROMOVER SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO NATIVA, BIOMA MATA ATLÂNTICA, SEM
56 AUTORIZAÇÃO DO ÓRGÃO COMPETENTE, COM INTUITO DE EDIFICAÇÃO.
57 RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

58

59

DECISÃO

60

61

61 Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas,
62 decide a Primeira Câmara Recursal do Conselho Estadual do Meio Ambiente, por



63 unanimidade, pelo provimento do recurso, nos termos do voto e relatório do Relator.

64
65 Florianópolis, 3 de Outubro de 2019.

66
67 Felipe Souza Dutra

68 Presidente
69

70 **RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 168/16**

71 AIA Nº : 37320-A

72 PROCESSO Nº : DSUT 191/2016

73 RELATOR : FELIPE DE SOUZA DUTRA

74 RECORRENTE : VINÍCIUS GOMES IGLIN

75 RECORRIDO : COMANDO DE POLICIA MILITAR AMBIENTAL (CPMA)

76
77 **EMENTA**

78
79 RECURSO ADMINISTRATIVO. CPMA. MUNICÍPIO DE GAROPABA. INFRAÇÕES
80 RELATIVAS CONTRA A FLORA. ART. 50 DO DECRETO FEDERAL 6.514 DE 2008.
81 PROMOVER O CORTE DE VEGETAÇÃO NATIVA, SEM AS DEVIDAS LICENÇAS
82 AMBIENTAIS. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

83
84 **DECISÃO**

85
86 Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas,
87 decide a Primeira Câmara Recursal do Conselho Estadual do Meio Ambiente, por
88 unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto e relatório do Relator.

89
90 Florianópolis, 3 de Outubro de 2019.

91
92 Felipe Souza Dutra

93 Presidente
94

95 **RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 172/16**

96 AIA Nº : 37324-A

97 PROCESSO Nº : DSUST 207/2016



98 RELATOR : FELIPE DE SOUZA DUTRA
99 RECORRENTE : REINALDO GOMES JÚNIOR
100 RECORRIDO : COMANDO DE POLICIA MILITAR AMBIENTAL (CPMA)

101

102 **EMENTA**

103

104 RECURSO ADMINISTRATIVO. CPMA. MUNICÍPIO DE PALHOÇA. INFRAÇÕES
105 RELATIVAS CONTRA A FLORA. ART. 50 DO DECRETO FEDERAL 6.514 DE 2008.
106 DESTRUIR VEGETAÇÃO SECUNDÁRIA DO BIOMA MATA ATLÂNTICA NO ESTÁGIO
107 MÉDIO DE REGENERAÇÃO, SEM A DEVIDA LICENÇA AMBIENTAL. RECURSO
108 CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

109

110 **DECISÃO**

111

112 Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas,
113 decide a Primeira Câmara Recursal do Conselho Estadual do Meio Ambiente, por
114 unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto e relatório do Relator.

115

116 Florianópolis, 3 de Outubro de 2019.

117

118 Felipe Souza Dutra

119 Presidente

120

121 **RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 207/16**

122 AIA Nº : 34242-A

123 PROCESSO Nº : PMSC 9899/2016

124 RELATOR : IVES LUIZ LOPES

125 RECORRENTE : HÉLIO ROSINA

126 RECORRIDO : COMANDO DE POLICIA MILITAR AMBIENTAL (CPMA)

127

128 **EMENTA**

129

130 RECURSO ADMINISTRATIVO. CPMA. MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS. INFRAÇÕES
134 RELATIVAS CONTRA A FLORA. ART. 48 DO DECRETO FEDERAL 6.514 DE 2008.
135 IMPEDIR REGENERAÇÃO NATURAL DE VEGETAÇÃO NATIVA EM AREA DE



PRESERVAÇÃO PERMANENTE. RECURSO PROVIDO. RECONHECIMENTO DA
PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE.

DECISÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas,
decide a Primeira Câmara Recursal do Conselho Estadual do Meio Ambiente, por
unanimidade, pelo provimento do recurso e reconhecimento da prescrição intercorrente, no
que tange à penalidade de multa, nos termos do voto e relatoria do Relator.

Florianópolis, 3 de Outubro de 2019.

Felipe Souza Dutra

Presidente

RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 367/16

AIA Nº : 36741-A
PROCESSO Nº : PMSC 13102/2015
RELATOR : CÍNTHIA CÓRDOVA VIEIRA DOS SANTOS
RECORRENTE : JOSÉ CARLOS COGUTA
PROCURADORA : RODE ANÉLIA MARTINS
RECORRIDO : COMANDO DE POLICIA MILITAR AMBIENTAL (CPMA)

EMENTA

RECURSO ADMINISTRATIVO. CPMA. MUNICÍPIO DE MATOS COSTA. INFRAÇÕES
RELATIVAS CONTRA A FLORA. ART. 50 C/C ART. 60, §2º DO DECRETO FEDERAL
6.514 DE 2008. DESTRUIR FLORESTAS OU QUALQUER ESPÉCIE DE VEGETAÇÃO
NATIVA, SECUNDÁRIA EM ESTÁGIO MÉDIO DE REGENERAÇÃO DO BIOMA MATA
ATLÂNTICA, OBJETO DE ESPECIAL PRESERVAÇÃO, ATINGINDO ESPÉCIE DA FLORA
AMEAÇADA DE EXTINÇÃO (IMBUIA), SEM AUTORIZAÇÃO OU LICENÇA DA
AUTORIDADE COMPETENTE. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

DECISÃO



Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Primeira Câmara Recursal do Conselho Estadual do Meio Ambiente, por maioria, dar parcial provimento ao recurso, nos termos do voto e relatório da Relatora. Vencidos os Conselheiros Ives Luiz Lopes (FETAESC) e Bento Garcia (SAR), que não entenderam porque a autuação se deu por destruir vegetação (art. 50, do Dec. Nº 6.514/2008) e não por corte de arvores especialmente protegidas (art. 44 do Dec. Nº 6.514/2008).

Florianópolis, 3 de Outubro de 2019.

Felipe Souza Dutra

Presidente

RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 474/16

AIA Nº : 32228-A
PROCESSO Nº : PMSC 38796/2016
RELATOR : ALINI MASSON DALLACOSTA
RECORRENTE : ELÍDIO MUNIZ LOPES
RECORRIDO : COMANDO DE POLICIA MILITAR AMBIENTAL (CPMA)

EMENTA

RECURSO ADMINISTRATIVO. CPMA. MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA. INFRAÇÕES RELATIVAS CONTRA A FLORA. ART. 44 DO DECRETO FEDERAL 6.514 DE 2008. CORTAR ÁRVORES NATIVAS “PINHEIRO BRASILEIRO”, SEM AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE. RECURSO NÃO CONHECIDO. INTEMPESTIVO.

DECISÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Primeira Câmara Recursal do Conselho Estadual do Meio Ambiente, por unanimidade, não conhecer do recurso, por intempestivo, nos termos do voto e relatório da Relatora. Retornem os autos à origem para as providências cabíveis.

Florianópolis, 3 de Outubro de 2019.



Felipe Souza Dutra

Presidente

RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 481/16

AIA Nº : 39275-A
PROCESSO Nº : PMSC 39292/2016
RELATOR : ALINI MASSON DALLACOSTA
RECORRENTE : DANIEL PASSINI PINTO
RECORRIDO : COMANDO DE POLICIA MILITAR AMBIENTAL (CPMA)

DECISÃO INTERLOCUTÓRIA

Considerando o uso das atribuições da Conselheira, com fundamento no artigo 40 do Regimento Interno do CONSEMA – RICONSEMA, decide pelo retorno dos autos à origem para que o agente atuante se manifeste sobre o laudo técnico juntado com o Recurso Administrado, a fim de evitar nulidades processuais, nos termos do relatório da relatora.

Florianópolis, 3 de Outubro de 2019.

Felipe Souza Dutra

Presidente

RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 490/16

AIA Nº : 35312-A
PROCESSO Nº : PMSC 41132/2016
RELATOR : CÍNTHIA CÓRDOVA VIEIRA DOS SANTOS
RECORRENTE : ALUÍZIO WERNCKE
PROCURADOR : EDGAR SANTA ROSA ALMEIDA
RECORRIDO : COMANDO DE POLICIA MILITAR AMBIENTAL (CPMA)

EMENTA

RECURSO ADMINISTRATIVO. CPMA. MUNICÍPIO DE SÃO CRISTOVÃO DO SUL.



INFRAÇÕES RELATIVAS CONTRA A FLORA. ART. 44 DO DECRETO FEDERAL 6.514 DE 2008. CORTAR ARVORE DE ESPECIES ESPECIALMENTE PROTEGIDAS, SEM PERMISSÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

DECISÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Primeira Câmara Recursal do Conselho Estadual do Meio Ambiente, por unanimidade, mediante voto divergente do Presidente acompanhando dos demais conselheiros presentes, inclusive da Relatora que reviu seu voto, nos seguintes termos:

Revisão da penalidade de multa para R\$ 83.500,00 (oitenta e três mil e quinhentos reais), referente ao cálculo de 167 metros cúbicos excedentes da autorização de corte.

Pela possibilidade de concessão de redução de 90% do valor da multa, nos termos do artigo 87 da Lei 14.675/2009, mediante aprovação do PRAD junto à 1ª instância, sendo vedada a compensação ambiental em local diverso do degradado. Em caso de impossibilidade de recuperação no mesmo local, pela aplicação da redução da multa em 40%.

Florianópolis, 3 de Outubro de 2019.

Felipe Souza Dutra

Presidente

RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 571/16

AIA Nº : 35314-A
PROCESSO Nº : PMSC 41108/2016
RELATOR : CÍNTIA CÓRDOVA VIEIRA DOS SANTOS
RECORRENTE : TRANSPORTADORA CEDROS BATISTA LTDA
PROCURADOR : EDGAR SANTA ROSA ALMEIDA
RECORRIDO : COMANDO DE POLICIA MILITAR AMBIENTAL (CPMA)

EMENTA

RECURSO ADMINISTRATIVO. CPMA. MUNICÍPIO DE SÃO CRISTOVÃO DO SUL. INFRAÇÕES RELATIVAS CONTRA A FLORA. ART. 44 DO DECRETO FEDERAL 6.514



DE 2008. CORTAR ARVORE DE ESPECIES ESPECIALMENTE PROTEGIDAS, SEM
PERMISSÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

DECISÃO

O procurador da recorrente, Dr. Edgar Santa Rosa Almeida, OAB/SC 20.786, requereu em mesa a inclusão em pauta do referido processo para julgamento, o que foi acatado pelo Presidente da Câmara.

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Primeira Câmara Recursal do Conselho Estadual do Meio Ambiente, por unanimidade, mediante voto divergente do Presidente acompanhando dos demais conselheiros presentes, inclusive da Relatora que reviu seu voto, nos seguintes termos:

Revisão da penalidade de multa para R\$ 83.500,00 (oitenta e três mil e quinhentos reais), referente ao cálculo de 167 metros cúbicos excedentes da autorização de corte.

Pela possibilidade de concessão de redução de 90% do valor da multa, nos termos do artigo 87 da Lei 14.675/2009, mediante aprovação do PRAD junto à 1ª instância, sendo vedada a compensação ambiental em local diverso do degradado. Em caso de impossibilidade de recuperação no mesmo local, pela aplicação da redução da multa em 40%.

Florianópolis, 3 de Outubro de 2019.

Felipe Souza Dutra

Presidente

RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 031/17

AIA Nº : 33842-A

PROCESSO Nº : PMSC 3318/2017

RELATOR : TIAGO MIOTO

RECORRENTE : JOSÉ SÍRIO FLORIANO

RECORRIDO : COMANDO DE POLICIA MILITAR AMBIENTAL (CPMA)

EMENTA

RECURSO ADMINISTRATIVO. CPMA. MUNICÍPIO DE PAULO LOPES. INFRAÇÕES



RELATIVAS CONTRA A FLORA. ART. 50 DO DECRETO FEDERAL 6.514 DE 2008.
CORTE DE VEGETAÇÃO NATIVA, SEM AUTORIZAÇÃO. RECURSO CONHECIDO E
NÃO PROVIDO.

DECISÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas,
decide a Primeira Câmara Recursal do Conselho Estadual do Meio Ambiente, por
unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto e relatório do Relator.

Florianópolis, 3 de Outubro de 2019.

Felipe Souza Dutra

Presidente

RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 032/17

AIA Nº : 33841-A
PROCESSO Nº : PMSC 3327/2017
RELATOR : TIAGO MIOTO
RECORRENTE : JOSÉ SÍRIO FLORIANO
RECORRIDO : COMANDO DE POLICIA MILITAR AMBIENTAL (CPMA)

EMENTA

RECURSO ADMINISTRATIVO. CPMA. MUNICÍPIO DE PAULO LOPES. INFRAÇÕES
RELATIVAS CONTRA A FLORA. ART. 43 DO DECRETO FEDERAL 6.514 DE 2008.
CORTE DE VEGETAÇÃO NATIVA, SEM AUTORIZAÇÃO. RECURSO CONHECIDO E
NÃO PROVIDO.

DECISÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas,
decide a Primeira Câmara Recursal do Conselho Estadual do Meio Ambiente, por
unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto e relatório do Relator.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA EXECUTIVA

Florianópolis, 3 de Outubro de 2019.

Felipe Souza Dutra

Presidente

RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 041/17

AIA Nº : 13367-A

PROCESSO Nº : PMSC 11001/2015

RELATOR : FELIPE SOUZA DUTRA

RECORRENTE : IRAJÁ PEREIRA DE ALMEIDA

RECORRIDO : COMANDO DE POLICIA MILITAR AMBIENTAL (CPMA)

EMENTA

RECURSO ADMINISTRATIVO. CPMA. MUNICÍPIO DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ. INFRAÇÕES RELATIVAS CONTRA A FLORA. ART. 43 DO DECRETO FEDERAL 6.514 DE 2008. UTILIZAR COM INFRIGÊNCIA DAS NORMAS DE PROTEÇÃO ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE.

DECISÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Primeira Câmara Recursal do Conselho Estadual do Meio Ambiente, por unanimidade, reconhecer a prescrição intercorrente, nos termos do voto e relatório do Relator.

Florianópolis, 3 de Outubro de 2019.

Felipe Souza Dutra

Presidente

RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 048/17

AIA Nº : 14634-A

PROCESSO Nº : PMSC 44321/2016

RELATOR : FELIPE DE SOUZA DUTRA



381 RECORRENTE : EMÍLIO ZOCZAGIN
382 RECORRIDO : COMANDO DE POLICIA MILITAR AMBIENTAL (CPMA)
383

384 **EMENTA**

385
386 RECURSO ADMINISTRATIVO. CPMA. MUNICÍPIO DE ITAIÓPOLIS. INFRAÇÕES
387 RELATIVAS CONTRA A FLORA. ART. 47 DO DECRETO FEDERAL 6.514 DE 2008.
388 RECEBER OU ADQUIRIR MADEIRA SERRADA OU EM TORA SEM A DEVIDA
389 PREMISSÃO. RECURSO NÃO PROVIDO

390
391 **DECISÃO**

392
393 Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas,
394 decide a Primeira Câmara Recursal do Conselho Estadual do Meio Ambiente, por
395 unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto e relatório do Relator.

396
397 Florianópolis, 3 de Outubro de 2019.

398
399 Felipe Souza Dutra
400 Presidente

401
402 **RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 079/17**

403 AIA Nº : 38238-A
404 PROCESSO Nº : PMSC 35650/2015
405 RELATOR : TIAGO MIOTO
406 RECORRENTE : MCB COMÉRCIO DE MADEIRAS EIRELI ME
407 RECORRIDO : COMANDO DE POLICIA MILITAR AMBIENTAL (CPMA)

408
409 **EMENTA**

410
411 RECURSO ADMINISTRATIVO. CPMA. MUNICÍPIO DE CAÇADOR. INFRAÇÕES
412 RELATIVAS CONTRA A FLORA. ART. 44 DO DECRETO FEDERAL 6.514 DE 2008.
413 CORTAR ÁRVORES EM ÁREA CONSIDERADA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE,
414 SEM PERMISSÃO. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.



DECISÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Primeira Câmara Recursal do Conselho Estadual do Meio Ambiente, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto e relatório do Relator.

Florianópolis, 3 de Outubro de 2019.

Felipe Souza Dutra
Presidente

RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 082/17

AIA Nº : 40606-A
PROCESSO Nº : PMSC 23243/2015
RELATOR : TIAGO MIOTO
RECORRENTE : JACÓ CARARO NETO
PROCURADORA : ROBERTA FERNANDES BONACCORSO DE DOMENICO
RECORRIDO : COMANDO DE POLICIA MILITAR AMBIENTAL (CPMA)

EMENTA

RECURSO ADMINISTRATIVO. CPMA. MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO. INFRAÇÕES RELATIVAS CONTRA A FLORA. ART. 44 DO DECRETO FEDERAL 6.514 DE 2008. CORTAR ÁRVORES DE ESPÉCIES ESPECIALMENTE PROTEGIDAS, SEM PERMISSÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE. RECURSO NÃO PROVIDO.

DECISÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Primeira Câmara Recursal do Conselho Estadual do Meio Ambiente, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto e relatório do Relator, mantendo-se hígida a decisão de 1º instância.

Florianópolis, 3 de Outubro de 2019.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA EXECUTIVA

Felipe Souza Dutra

Presidente

RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 083/17

AIA Nº : 40607-A
PROCESSO Nº : PMSC 23251/2015
RELATOR : TIAGO MIOTO
RECORRENTE : JACÓ CARARO NETO
PROCURADORA : ROBERTA FERNANDES BONACCORSO DE DOMENICO
RECORRIDO : COMANDO DE POLICIA MILITAR AMBIENTAL (CPMA)

EMENTA

RECURSO ADMINISTRATIVO. CPMA. MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO. INFRAÇÕES RELATIVAS CONTRA A FLORA. ART. 47 DO DECRETO FEDERAL 6.514 DE 2008. MANTER EM DEPÓSITO PRODUTO FLORESTAL NATIVO DE ESPECIES DIVERSAS, SEM O DOCUMENTO DE ORIGEM FLORESTAL. RECUSO NÃO PROVIDO.

DECISÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Primeira Câmara Recursal do Conselho Estadual do Meio Ambiente, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto e relatório do Relator, mantendo-se hígida a decisão de 1º instância.

Florianópolis, 3 de Outubro de 2019.

Felipe Souza Dutra

Presidente

RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 084/17

AIA Nº : 40608-A
PROCESSO Nº : PMSC 23262/2015
RELATOR : TIAGO MIOTO
RECORRENTE : JACÓ CARARO NETO



486 PROCURADORA : ROBERTA FERNANDES BONACCORSO DE DOMENICO
487 RECORRIDO : COMANDO DE POLICIA MILITAR AMBIENTAL (CPMA)
488

489 **EMENTA**

490
491 RECURSO ADMINISTRATIVO. CPMA. MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO.
492 INFRAÇÕES RELATIVAS CONTRA A FLORA. ART. 50 DO DECRETO FEDERAL 6.514
493 DE 2008. DESTRUIR OU DANIFICAR ESPÉCIE DE VEGETAÇÃO NATIVA, SEM
494 AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE AMBIENTAL COMPETENTE. RECURSO NÃO
495 PROVIDO.

496
497 **DECISÃO**
498

499 Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas,
500 decide a Primeira Câmara Recursal do Conselho Estadual do Meio Ambiente, por
501 unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto e relatório do Relator,
502 mantendo-se hígida a decisão de 1º instância, com a ressalva de que se a autoridade
503 ambiental entender vantajosa ao meio ambiente, conforme o Parecer Técnico nº 4473/2018
504 (SGPE DSUST 3667/2019), pela aplicação da compensação ambiental.

505
506 Florianópolis, 3 de Outubro de 2019.

507
508 Felipe Souza Dutra
509 Presidente
510

511 **RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 169/17**

512 AIA Nº : 30790-A
513 PROCESSO Nº : PMSC 7806/2016
514 RELATOR : FELIPE DE SOUZA DUTRA
515 RECORRENTE : LAUVIR DE ABREU
516 RECORRIDO : COMANDO DE POLICIA MILITAR AMBIENTAL (CPMA)

517
518 **EMENTA**
519

520 RECURSO ADMINISTRATIVO. CPMA. MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA.



INFRAÇÕES RELATIVAS CONTRA A FLORA. ART. 50 DO DECRETO FEDERAL 6.514 DE 2008. REALIZAR SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO NATIVA SECUNDÁRIA EM ESTÁGIO MÉDIO DE REGENERAÇÃO, ATRAVÉS DE CORTE RASO. BIOMA MATA ATLÂNTICA, SEM LICENÇA AMBIENTAL. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

DECISÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Primeira Câmara Recursal do Conselho Estadual do Meio Ambiente, por unanimidade, dar parcial provimento ao recurso, nos termos do voto e relatório do Relator.

Florianópolis, 3 de Outubro de 2019.

Felipe Souza Dutra

Presidente

RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 590/17

AIA Nº : 24906-B
PROCESSO Nº : FATMA 46839/2017
RELATOR : FELIPE DE SOUZA DUTRA
RECORRENTE : INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE TIJOLOS SÃO PAULO LTDA.
RECORRIDO : COMANDO DE POLICIA MILITAR AMBIENTAL (CPMA)

EMENTA

RECURSO ADMINISTRATIVO. CPMA. MUNICÍPIO DE CANELINHA. INFRAÇÕES RELATIVAS CONTRA A FLORA. ART. 43 DO DECRETO FEDERAL 6.514 DE 2008. INTERFERÊNCIA EM ÁREA DE APP. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

DECISÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Primeira Câmara Recursal do Conselho Estadual do Meio Ambiente, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto e relatório do Relator.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA EXECUTIVA

556 Florianópolis, 3 de Outubro de 2019.

557

558 Felipe Souza Dutra

559 Presidente

560

561 Orienta-se que todos os processos em que houve o reconhecimento da prescrição sejam
562 destinados à origem para apuração de eventuais danos e responsabilidades.

563 Segue em anexo lista de presenças e guias de distribuição de processos aos conselheiros.

564 Auxiliou a presidência da reunião a Secretária Executiva do Consema, Deyse Cristina
565 Locatelli.

566 Esgotada a pauta, nada mais havendo a tratar às dezoito horas e quarenta minutos,
567 declarou-se encerrada a Reunião.

FELIPE SOUZA DUTRA

Presidente

Florianópolis, 03 de Outubro de 2019.